

A HISTÓRIA MEDIEVAL ENQUANTO CIÊNCIA DA DIFERENÇA A SINGULARIDADE COMO PRODUÇÃO E MEIO DE DINÂMICA SOCIAL MEDIEVAL¹

Medieval history as science of difference. Singularity as production and means of Medieval social dynamics

Joseph Morsel

Docente de História Medieval da Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne)

Membro do LAMOP (Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5926-565X>

E-mail: Joseph.Morsel@univ-paris1.fr

Recebido em: 15/09/2022

Aprovado em: 08/12/2022

Resumo: Não se trata aqui da questão dos Celtas e dos Germanos em si mas daquela da produção histórica de sua diferença do ponto de vista dos historiadores. Esta diferença certamente não pode ser considerada como pertencendo a uma essência, de carácter mais ou menos racial, mas como o resultado inevitável de processos sociais tanto antes do contacto destes dois povos como posteriormente determinados por este mesmo contacto – e também da maneira com qual os historiadores validaram esta apresentação do social. Mas esta produção de diferença não é obviamente observada apenas a nível de povos inteiros como os Celtas ou os Germanos: é um processo multiescalar característico da produção do próprio social, desde a escala do indivíduo até, no nosso tempo, à escala da humanidade – então um processo geral de socio gênese. É isso que me conduz a reexaminar o sentido do que o medievalista francês Marc Bloch afirmou em 1937 e depois, isto é, que a história se define acima de tudo como uma ciência da diferença. Mas durante muito tempo esta questão da diferença não foi levada a sério do ponto de vista histórico (e particularmente medievalista): foi meramente observada, com o efeito de dar a impressão de uma sociedade medieval que era simplesmente heterogênea, diversa, variável, incoerente, sujeita a forças exógenas (acidentes climáticos, invasões, fluxos de ouro, epidemias, contribuições técnicas, influências culturais, etc.) ou a intencionalidades coletivas (reis, papas, cavaleiros, povos, etc.). Há já algum tempo, porém, que emerge a ideia de uma sociedade cuja dinâmica interna deriva precisamente da articulação em várias escalas (da aldeia à cristandade) de contrastes tão materiais quanto ideais – contrastes que não se trata de forma alguma de eliminar, inclusive ao nível do discurso global (ao contrário do universalismo defendido pelo nosso próprio sistema, contra o qual as afirmações de diferenças que se multiplicam são unicamente formas de reação), porque estas não eram, de forma alguma, um problema, mas precisamente o fundamento da lógica social. Pretendo, portanto, que este tipo de problemática geral (a produção multiescalar do social através da articulação das diferenças) é realmente uma das mais cruciais questões ao historiador – e isto, independentemente do objeto sobre o qual se examina. Darei assim continuidade a uma série de reflexões que tenho vindo a realizar, com alguns outros colegas, durante vários anos, sobre a questão do estatuto, do objeto e do futuro da disciplina histórica, numa tentativa de redefinir a sua função relativa em relação às outras ciências sociais, e com vista a uma ciência reunificada do social. É precisamente aqui que a questão da diferença fornece uma chave interessante, porque para mim (e alguns outros), a mudança não é a condição do trabalho do historiador, é o seu próprio objeto. Assim, a história não consiste apenas em identificar, por comparação, as diferenças como sinais de uma mudança que constituiria o quadro de explicação histórica (respondendo à pergunta de por que e como tal e tal prática mudou?), mas em fazer da mudança o seu próprio objeto, tanto no espaço como no tempo, enquanto uma forma empírica de dinâmica social (respondendo assim à pergunta de como é que a sociedade – neste caso, a sociedade medieval – produziu diferenças, no espaço e no tempo?). É por isso que posso facilmente considerar que a história é a ciência da mudança (obviamente a mudança social). Dizer que a história é a ciência da mudança (social) significa que o objeto do historiador é a historicidade dos sistemas sociais, ou seja, inelutavelmente a historicidade dos sistemas sociais de dominação. Por "historicidade" quero dizer tanto que é um processo de formação e transformação histórica das relações de domínio, que também

todas elas tiveram ou terão um fim. O exame do fenômeno de produção de singularidade local na Idade Média permite considerar que os povos identificados como grupos étnicos específicos (ainda no período carolíngio) finalmente desapareceram a favor de populações enraizadas e identificadas com um espaço (lugar, região, reino) – o conceito de "população" devendo ser entendido aqui no sentido de Michel Foucault.

Palavras-chave: Idade Média; Singularidade; Diferença; Ciência da História; Dominação social.

Abstract: This essay does not deal with the matter of Celtic and Germanic peoples as such, but with that of the historical production of their difference from the point of view of the historians. Such difference cannot for sure be considered anything pertaining to their essence, more or less in terms of racial features, however in terms of the unavoidable upshot of the social processes having taken place before their encounter and afterwards determined by this same encounter – as well as by the manner historians have bestowed validity to the presentation of such social production. However, this difference production is obviously not merely observed at the level of whole peoples such as the Celtic or Germanic ones: it is a multiscalar process that is characteristic of the production of the social itself, from the scale of the individual to the scale (by our time) of mankind – therefore, a general process of sociogenesis. This is what leads me to re-examine the sense of what the French medievalist Marc Bloch affirmed in 1937 and afterwards, that History is defined, above all, as a science of difference. Nevertheless, for a long time, this matter of the difference has not been taken seriously from the point of view of the historians (particularly the medievalists): it was merely observed in order to grant the impression of a medieval society which was simply heterogeneous, diverse, variable, incoherent, subject to exogenous factors (climate accidents, invasions, gold incomes, pandemics, technical contributions, cultural influences etc.) or to collective intentionalities (kings, popes, knights, peoples, etc.). Since a certain amount of time, yet, the idea of a society the dynamics of which derives precisely from the multiple scale articulation (from the village to Christianity) of both material and ideal contrasts emerges – contrasts which are not at all to be eliminated, including at the level of the global speech (in opposition to the universalism postulated by our own system, in face of which the affirmations of difference that multiply themselves are only reactions), because they were not at all a problem, but the very ground of social logics. I hence avert that such type of general problematic (the multiple scale production of the social by means of the articulation between the differences) is one of the most crucial questions to the historian – independently from the object which one analyses. I shall therefore continue the reflections that I have been undertaking, along with some colleagues, about the matters of the statute, the object and the future of the historical discipline as an attempt to redefine its relative role before the other social sciences, aiming at a reunified science of the social. It is precisely at this point that the matter of difference is able to furnish an interesting key, because for me (and for some others), change is not a condition of the historian's work, but it's very object. Thus History does not only consist of identifying, by comparison, the differences as signs of a change that would constitute the board of explanation in History (replying to the question of why and how practices have changed), yet of turning difference into its own object, both in space and time, as an empirical form of social dynamics (thus answering the question about how society – in this case, medieval society – produced difference in space and time). That is why I can easily consider that History is the science of change (obviously the social change). Stating that History is the science of (social) change implies that the historian's object is the historicity of social systems, that is, ineluctably the historicity of social domination systems. By "historicity" I mean both a process of historical formation and transformation of dominium relationships, and the fact that all of them have or will come to an end. The exam of the matter of producing local singularity in Middle Ages allows us to take into account the fact that peoples identified as specific ethnic groups (still during the Carolingian period) have eventually disappeared as to give rise to populations rooted in some location and identified to it (place, region, kingdom) – the concept of "population" having to be understood here in the sense of Michel Foucault

Keywords: Middle Ages; Singularity; Difference; Science of History; Social Domination.

Agradecimentos

Devo começar a minha apresentação com duas observações:

- 1) o primeiro é pedir-lhe que vocês desculpem antecipadamente os erros que vou cometer do ponto de vista da língua portuguesa, que nunca escrevi bem e, sobretudo, que não falo mais tão frequentemente como antes, para minha grande consternação;
- 2) a segunda diz respeito à minha presença aqui hoje, num colóquio sobre os povos celtas e germânicos, sobre os quais sou totalmente incompetente – a menos, claro, que se considera que o Império Alemão dos séculos XIII-XVI, sobre o qual trabalho habitualmente, ainda é germânico para além da sua língua...

No entanto, a questão das relações entre grupos humanos em contacto que se consideram culturalmente diferentes até um certo ponto é um problema histórico geral – especialmente, sem dúvida, no que diz respeito às sociedades medievais, em que os procedimentos de exclusão e discriminação não eram de modo algum considerados antissociais, ao contrário das nossas sociedades contemporâneas que, apesar da ausência de uma verdadeira prática de integração social através da redução das desigualdades de todo o tipo, proclamam ruidosamente a importância de combater tudo o que ameaça a coesão social e a unidade do país...

Portanto, deve considerar-se que, para além do caso dos Celtas e dos Germanos, a questão geral do que faz a sociedade, tanto interna - como externamente, é levantada. Interna - e externamente: estas duas dimensões são ambas inseparáveis e necessárias para ter em conta. Cada grupo é o resultado de um processo triplo: 1) um processo de composição objetiva (os seus membros partilham até um certo ponto um conjunto de propriedades sociais empiricamente observáveis); 2) um processo de imposição subjetiva (os seus membros reconhecem-se espontaneamente no grupo, com base no « encantamento » tanto das propriedades sociais partilhadas como do carácter secundário das diferenças entre eles); 3) finalmente um processo de demarcação (necessário aos dois processos anteriores, uma vez que a demarcação inscreve a alegada especificidade do grupo tanto na mente dos seus membros como na mente dos outros, fora do grupo).

Assim, é fácil compreender por que podemos falar da "produção da diferença entre Celtas e Germanos": esta diferença não pode ser considerada como pertencendo a uma essência, de carácter mais ou menos racial, mas como o resultado inevitável de

processos sociais tanto antes do contacto destes dois povos como posteriormente determinados por este mesmo contacto. É este processo que tem sido referido há vários anos como "etnogênese". Mas esta produção de diferença não é obviamente observada apenas a nível de povos inteiros como os Celtas ou os Germanos; é um processo multiescalar característico da produção do próprio social, desde a escala do indivíduo até, no nosso tempo, à escala da humanidade.

Mas como é que este tipo de problema geral diz respeito ao historiador, para além do facto de poder ser aplicado a objetos históricos como os Celtas ou os Germanos? Afinal, perguntar sobre o tamanho médio dos pés de homens ou mulheres nos povos celtas ou germânicos não faria disso uma questão histórica – no máximo, uma curiosidade da mesma ordem porque Joana d'Arc ouviu vozes...

Vou, portanto, assumir que este tipo de problemática geral (a produção multiescalar do social através da articulação das diferenças) é de facto uma questão do historiador – e isto, independentemente do objeto sobre o qual se examina. É então a questão da relação essencial do historiador com a diferença que precisa de ser considerada, e é com isto que vou começar. Ao fazê-lo, darei continuidade a uma série de reflexões que tenho vindo a realizar, com outros, durante vários anos, sobre a questão do estatuto, do objeto e do futuro da disciplina histórica, numa tentativa de redefinir a sua função relativa em relação às outras ciências sociais, e com vista a uma ciência reunificada do social.

Como podem ver, a questão em jogo não é (ou não é mais) a da função da história na sociedade (com as questões resultantes da sua utilidade e, portanto, da legitimidade de manter postos para professores-investigadores especializados em fragmentos do passado que só lhes interessam...), mas sim a da ciência do social. E é precisamente aqui que a questão da diferença fornece uma chave interessante. Daí a primeira parte do meu título.

Mas como mostra a segunda parte do título, não pretendo contentar-me com elucidações gerais sobre a função científica da história: a questão da diferença é também uma chave notável para compreender certos aspectos cruciais da lógica social medieval e, conseqüentemente, certos fatores do dinamismo inegável desta sociedade – apesar da imagem caricatural que lhe é dada nas sociedades europeias ou europeizadas atuais. Estas duas fases do meu raciocínio irão, portanto, estruturar logicamente o meu trabalho.

A história enquanto ciência da diferença

Em 1937, Marc Bloch, também um medievalista, era um dos historiadores mais notáveis do seu tempo. Combinava reconhecimento acadêmico, especialização histórica e amplitude de visão (reconhecimento acadêmico: era Professor na Sorbonne – um título muito mais prestigioso na altura do que hoje...; especialização histórica: já teve vários livros e várias dezenas de artigos em seu crédito; amplitude de visão: em 1929, juntamente com Lucien Febvre, fundou as *Annales d'histoire économique et sociale* numa perspectiva resolutamente interdisciplinar, sobre as ruínas do pensamento burguês arruinado pela Primeira Guerra Mundial).

Por estas três razões (reconhecimento, especialização e interdisciplinaridade), foi convidado, em janeiro de 1937, a dar uma palestra na *École Polytechnique* de Paris, então uma das mais prestigiadas escolas europeias, sobre a contribuição que o pensamento histórico poderia dar para a resolução dos imensos problemas que as sociedades europeias enfrentavam no que ainda não se sabia ser o período "entreguerras", mas que estavam claramente em crise, tanto moral (ascensão dos fascismos) como material (crise económica).

Durante esta famosa palestra, intitulada "Que demander à l'histoire?" ("O que pedir da história?"), Marc Bloch pergunta-se primeiro sobre o que a história pode representar para a sociedade do seu tempo, e pronuncia esta famosa frase, muitas vezes repetida mas, em última análise, como veremos, pouco tida em conta, e à qual o meu título ecoa claramente: "Numa palavra, provavelmente não há melhor definição de História do que esta: a História é a ciência da mudança e, em muitos aspectos, uma ciência das diferenças". (ed. 1937, p. 18)

O que é que isto significa? O parágrafo de onde esta frase é tirado contrasta com a crença comum de que as lições de história nos podem guiar (*história magistra vitae*) com o facto de que na realidade tudo está em constante mudança, incluindo a espécie humana. O historiador não trabalharia, portanto, sobre a mudança enquanto tal, mas em coisas que necessariamente mudaram e cujos estados sucessivos – estados diferentes – podem ser apreendidos. Em suma, "diferença" refere-se à mudança, que simplesmente define a natureza transitória das coisas humanas; ou ainda: a mudança como a soma das diferenças.

Mais adiante, Bloch especifica que "a história destaca, acima de tudo, a mudança" (p. 19), e que é o historiador que deve "dar o sentimento imperioso da mudança" (p. 18). Em suma, tudo acontece como se existissem diferenças em primeiro lugar, de origem misteriosa ou natural (porque nada dura neste mundo), a partir das quais o historiador produziria um discurso da mudança por comparação entre estados. A existência de diferenças como sinal de uma mudança é assim, na melhor das hipóteses, a condição do trabalho do historiador, mas não o seu objeto.

Para saber se a relativa banalidade desta posição não se deve à natureza da audiência a que se dirigiu a palestra de 1937, pode-se consultar os dois últimos textos principais de Bloch, nos quais ele mais uma vez tenta elevar-se acima da prática comum da história: *L'étrange défaite* ("A estranha derrota") escrita em 1940, e a *Apologie pour l'histoire* ("Apologia da História") escrita em 1941/42, ambos textos publicados apenas após a guerra, e após a morte de Bloch, baleado por resistência em 1944. A segunda, a *Apologia*, é pouco útil aqui: tudo muda, mas a ritmos diferentes de modo que ocorram distorções, enquanto "aqui como em qualquer outro lugar, é uma mudança que o historiador quer agarrar" (a minha ênfase).

Em *L'étrange défaite*, encontramos uma afirmação familiar: "a história é, na sua essência, a ciência da mudança". Mas a sua explicação disto mais uma vez não mostra qualquer consciência das dinâmicas sociais, sendo a mudança, em última análise, apenas o fosso entre dois estados sucessivos: "A história sabe e ensina que nunca ocorrem dois acontecimentos muito parecidos porque as condições nunca coincidem exactamente".

Também aqui podemos ver por que Bloch articula a mudança e a diferença, e mais adiante volta ao fato de que através da história devemos "dar às mentes o sentido da diferença e o da mudança".

O resultado é que as coisas mudam (sem sabermos por que – ou melhor, porque está na natureza das coisas mudar), ou seja, tornam-se diferentes – sendo o trabalho do historiador 1) tornar as pessoas conscientes desta mudança permanente apesar das crenças na natureza humana, da existência de formas históricas fixas (os vestígios) e, sobretudo, dos esforços humanos para produzir um sentido de continuidade; e 2) explicar como passámos do estado A para o estado B.

Pelo meu tom de voz, deveria ter compreendido que, qualquer admiração que eu possa ter pelo espírito rebelde que Marc Bloch tinha no seu tempo, e até à sua morte, não

posso partilhar as suas posições – nem posso contentar-me em repetir como se tudo fosse normal a famosa frase de 1937, mesmo que apenas afirme um truísmo. No entanto, também eu poderia afirmar, particularmente na formulação de 1940, que "a história é, na sua essência, a ciência da mudança". Mas num sentido muito diferente, e deixando de lado, de momento, a questão da diferença.

Também vou deixar de lado a questão da essência, que levanta problemas filosóficos (existe uma ontologia da história?) e talvez contribua para deturpar o postulado básico: em vez do já mencionado e essencialista "tudo muda", recorreremos em vez disso a um "tudo mudou". Mas este "tudo mudou" não pretende manter uma relação nostálgica com o passado desaparecido (enquanto o "tudo muda" preferiria gerar uma espécie de fatalismo): como já tive ocasião de assinalar, por exemplo em Niterói há dez anos, o historiador não trabalha em sociedades que desapareceram, mas em sociedades que se transformaram, de modo que os "vestígios" destas sociedades não são impressões de coisas que desapareceram, mas sim sintomas do seu funcionamento dinâmico.

Podemos assim ver a diferença com a posição tradicional e amplamente divulgada de Marc Bloch: para mim (e alguns outros), a mudança não é a condição do trabalho do historiador, é o seu próprio objeto. É por isso que posso facilmente considerar que a história é a ciência da mudança (obviamente a mudança social: não me debruçarei aqui sobre questões de mutação biológica ou mudança climática – embora seja bem conhecido, especialmente aqui, o quanto a "mudança climática" é, em si mesma, um objeto investido com significado social, e o quanto está "mudança climática" é susceptível de ser o resultado de escolhas sociais).

Dizer que a história é a ciência da mudança (social) significa para mim que o objeto do historiador é a historicidade dos sistemas sociais, ou seja, inelutavelmente a historicidade dos sistemas sociais de dominação. Por "historicidade" quero dizer tanto que é um processo de formação e transformação das relações de domínio, que também todas elas tiveram ou terão um fim – algo que os defensores do sistema liberal (ou neoliberal) obviamente não querem ouvir.

Distancio-me assim ligeiramente de várias declarações que eu próprio fiz nos anos 2010: é verdade que mantenho hoje, como o fiz então, que a história não é a ciência do passado, mas a ciência da mudança nas sociedades humanas, e que com esta exigência de uma explicação da mudança, a história é dotada de um objeto que a distingue radicalmente

das outras disciplinas no âmbito do concerto das ciências sociais. Mas quando disse isto, estava a referir-me sistematicamente tanto ao texto de Marc Bloch de 1937 como a outro trabalho, ao qual voltarei.

O exame mais atento que acabo de fazer das declarações de Bloch mostra-me que estava errado ao atribuir-lhe esta posição de precursor (o que, aliás, me levou cada vez a ficar surpreendido por este suposto "avanço" não se ter traduzido numa posição epistemológica avançada nos seus textos...). Parece-me, portanto, que a reflexão sobre a especificidade da história entre as ciências sociais, neste caso através do seu objeto, a mudança social, não é anterior ao século XXI. E deriva – segundo o que eu saiba – do livro de um medievalista atual, também francês, Alain Guerreau, intitulado *L'avenir d'un passé incertain*, publicado em 2001, do qual existe uma tradução espanhola.

Este livro provocou muitas reações, geralmente zangadas, muitas vezes por razões pessoais devido à personalidade do seu autor, sobre a qual não me deterei aqui. Algumas das suas teses relativas à lógica medieval ou aos métodos do seu estudo foram, mais ou menos superficialmente, discutidas, e várias foram objeto de uma reapropriação suave que as esvaziou da sua substância.

No entanto, sempre me surpreendeu que as páginas relativas à função específica da história entre as ciências sociais (p. 252-256), que fornecem a cada historiador um argumento implacável para a legitimação da história, quase nunca sejam citadas. Infelizmente, vejo isto como um sinal de que os historiadores (franceses) desistiram em grande parte da luta para impor a sua ideia do que é a história face ao discurso dominante da memória – mas essa é uma outra questão.

No seu livro, Guerreau desenha as consequências da associação frequentemente comentada da história com o Tempo. Mas em vez de simplesmente repetir esta associação e assim validar este acoplamento improvável, deduz que a história é a única disciplina entre as ciências sociais a preocupar-se com a temporalidade do social: todas as outras funcionam fundamentalmente de modo sincronista, mesmo quando pretendem voltar no tempo do seu objeto – neste caso, raciocinam apenas em termos de herança ou abandono, mas a única coisa que procuram explicar é, teleologicamente, o estado atual.

A história, por outro lado, está inevitavelmente inscrita no tempo, mas em vez de tratar o tempo como um mero quadro, Guerreau faz dele uma dimensão constitutiva do social, cuja dinâmica só pode ser apreendida em termos de duração. Como resultado, a

história revela-se a única ciência da mudança social, e mais especificamente, "a história medieval é a ciência da evolução da sociedade na Europa medieval" (p. 301). Não é, portanto, por serem (mais ou menos) antigas que as sociedades do passado devem interessar aos historiadores, mas porque se transformaram ao longo do tempo e podem por isso servir de laboratório para o estudo do que permite que o social se transforme, com ou sem ruptura.

No entanto, estendo esta questão da mudança à questão aparentemente blochiana da diferença. Uma boa teoria explicativa deve de facto permitir não só um relato da evolução global, mas também dos casos em que essa aparentemente não funciona, ou seja, o princípio da variação. Isto equivale a reintroduzir na equação a segunda parte da definição da história de Marc Bloch, "... uma ciência de diferenças": não só diferença no tempo (mudança) mas também diferença no espaço (variação síncrona de um lugar para outro).

Aqui é o interesse da abordagem adoptada por um outro medievalista, desta vez inglês, Chris Wickham, no seu trabalho sobre algumas aldeias da planície de Lucca no século XII, primeiro publicado em italiano (1991-1995) e depois traduzido para inglês e francês sob o título "Comunidades e clientelas na Toscana do século XII. As origens da comuna rural na região de Lucca". Apesar da singularidade do subtítulo ("a comuna rural"), Wickham rejeita as figuras do exemplar, da média ou do tipo ideal, mobilizadas por historiadores do direito e muitos historiadores, que se concentram num esquema teórico a partir do qual medem o grau ou o ritmo de realização de um objeto histórico: a comuna, a cidade, a nobreza, etc.

Pelo contrário, segundo ele, é o princípio da variação que precisa de ser explicado: não as alegadas semelhanças ou continuidades, mas a lógica das lacunas, das diferenças, ou seja, também da mudança (uma vez que é percebida em primeiro lugar por uma lacuna entre dois estados temporais). Para tal, são de facto casos particulares que devem ser estudados empiricamente, dos quais se pode identificar um número relativamente limitado de fatores, tornando possível a construção daquilo a que ele chama uma "matriz explicativa", ou seja, um conjunto estrutural e articulado de fatores cuja natureza combinatória tem os efeitos caleidoscópicos que os historiadores devem evitar tanto quanto os tipos ideais reificados pela história institucional ou jurídica (versão francesa, 2001, em particular p. 7 e 259-260).

Cada caso pode então ser explicado por uma combinação de todos ou alguns destes fatores, assegurando assim uma explicação a dois níveis: a matriz explicativa funciona ao nível geral, enquanto que ao nível local é necessário questionar as razões da variância. Assim, as aldeias não são estudadas individualmente nem simplesmente agregadas ou reduzidas a um tipo médio de aldeia.

Podemos ver aqui tudo o que separa a abordagem de Wickham (ou Guerreau) da de Bloch: a história não consiste apenas em identificar, por comparação, as diferenças como sinais de uma mudança que constitui o quadro de explicação histórica (por que e como tal e tal prática mudou?), mas em fazer da mudança o seu próprio objeto, tanto no espaço como no tempo, como uma forma empírica de dinâmica social: como é que a sociedade (neste caso, a sociedade medieval) produz diferenças, no espaço e no tempo?

Encontramos assim aqui a afirmação que apresentei acima: as diferenças entre Celtas e Germanos, para me limitar a este exemplo, não podem ser outra coisa senão produções sociais (não são a expressão de diferenças essencialistas) e, neste caso, produções ligadas a uma dinâmica social global que deve ser apreendida. Isto leva-me ao meu segundo ponto.

A sociedade medieval como produtora de singularidades

A posição que estou a tomar consiste, portanto, em explicar a diferença (no espaço e/ou no tempo) em vez de partir da ideia de uma diferença ontologicamente dada, seja no tempo (porque tudo muda sempre, de uma forma natural) ou no espaço (entre povos estabelecidos aqui ou ali e que são dotados de propriedades essenciais – no verdadeiro sentido da palavra – e mais ou menos irredutíveis).

Esta posição aproxima-se da forma como Alain Guerreau – mais uma vez – concebe a sociedade medieval, na qual as diferenças não só existem de um lugar para outro, mas sobretudo têm um significado sistêmico global: a extrema diversidade de situações medievais locais, em que os historiadores se perdem, não é o resultado de um sistema social absurdo, mas é, pelo contrário, perfeitamente significativo, uma vez que era precisamente isto que o sistema deveria produzir, sendo as próprias variantes insignificantes em relação à lógica da variação. É claro que é aqui que a abordagem da Guerreau se encontra com a de Wickham.

A lógica sistêmica da produção de singularidades foi considerada pela Guerreau já nos anos 80 sob a forma de "desenvolvimento desigual" (1980, 1988), e depois nos anos 90 sob a forma da "particularização estrutural [...] enquanto método "suave" de fixação das pessoas" ("Quelques caractères spécifiques de l'espace féodal européen", in N. Bulst, R. Descimon, A. Guerreau (eds.), *L'État ou le roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIVe-XVIIe siècles)*, Paris, MSH, 1996, pp. 85-101, aqui p. 91-92). Inicialmente, tratava-se simplesmente de desenhar as consequências para a sociedade medieval das reflexões de Immanuel Wallerstein e especialmente do seu conceito do sistema-mundo desenvolvido em *The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century*, 1974.

A ideia desenvolvida por Wallerstein (para além da sua alegada cronologia do nascimento do capitalismo) é que em cada momento da história, a humanidade estava dividida em grandes conjuntos que funcionavam segundo a sua própria lógica, os sistemas-mundos, dotados de uma certa coerência e limites muito reais que o historiador deve tentar identificar – não por elas mesmas, mas para captar a sua articulação, que é conseguida através de intercâmbios (no espaço) e reprocessamentos (no tempo) de formas originárias de um ou outro espaço.

Mas como Wallerstein reduziu absurdamente o sistema capitalista ao grande comércio (esquecendo, aliás, a questão do modo de produção dominante), não estava interessado na sociedade medieval. E é, portanto, Guerreau que, tanto quanto sei, foi um dos primeiros a examinar esta questão do sistema espacial que a Europa medieval poderia constituir, e, portanto, o significado sistémico das diferenças espaciais.

Como disse, o primeiro conceito que Guerreau mobilizou foi o de "desenvolvimento desigual", em contraste com "as noções [comuns] de precursores e vanguardas ou de inércia e sobrevivência, ... utilizado ... para 'explicar' diferenças que não se sabe ou não se quer caracterizar corretamente, quanto menos explicar" (*Féodalisme...*, 1980, p. 153). Por exemplo, o facto de num dado momento existirem regiões puramente românicas, enquanto outras já há muito se tinham tornado góticas, ou de existirem áreas de agricultura extensiva e baixa densidade populacional, enquanto outras já tinham conhecido uma transformação profunda e tinham estruturas muito mais "evoluídas".

Há alguns anos, um jovem colega, Nicolas Perreaux, agora engenheiro de pesquisa no meu laboratório, o LaMOP, produziu uma tese na qual geo-localizou meio milhão de cartas e diplomas europeus, de toda a Europa medieval do século VI ao XIV. Realizou então uma série de testes estatísticos para identificar as unidades espaciais relevantes para comparação (em vez de partir das chamadas regiões "históricas", como a Borgonha), de acordo com a cronologia das fases de alta ou baixa produção das cartas – sendo também possível que a escolha de uma escala apropriada pudesse compensar a inevitável destruição local de arquivos.

A ideia era simples: uma vez que o principal objetivo das cartas e diplomas é a distribuição e redistribuição dos direitos sobre as terras dentro da classe dominante, o volume de produção das cartas poderia servir como indicador da dinâmica social numa determinada região num determinado momento. Para validar a hipótese, Perreaux também geo-localizou as centenas de igrejas românicas das quais ainda hoje temos vestígios, com a indicação da sua cronologia de construção (uma vez que esta pode variar muito com o tempo): parece difícil contestar o facto de que a construção de uma igreja de pedras só pode ser tornada possível pela capacidade das comunidades locais de libertar tanto meios materiais como energia social para além da satisfação de simples necessidades quotidianas.

Ora os mapas da alta produção de cartas e da construção de igrejas românicas revelaram-se extraordinariamente sincronizados, o que significa que a hipótese de as cartas serem índices de dinâmica social é válida, mas também que o Ocidente experimentou um conjunto de fases cronológicas de desenvolvimento que estão muito desigualmente distribuídas no espaço, embora esta distribuição espacial desigual não seja definitiva: uma região que estava "à frente" num ponto pode muito bem ter estado "atrás" noutra, e vice-versa.

Mas em vez de ver isto como a simples consequência do facto de tais diferenças serem apenas a consequência de propriedades contingentes específicas desta ou daquela região (Mâconnais, Picardia, Catalunha, Île-de-France, etc.), a questão da lógica estrutural da existência destas diferenças foi levantada para a sociedade medieval – de uma forma análoga, se quiser, ao que nós próprios podemos observar na nossa sociedade, nomeadamente a necessidade de existirem diferenciais poderosos entre os vários pontos

do globo (diferenciais que não podem ser reduzidos à mera divisão internacional do trabalho) para que o sistema capitalista possa funcionar e reproduzir-se a si próprio.

A questão não se coloca obviamente desta forma para a sociedade medieval, uma vez que não houve integração global de todas as regiões num sistema económico global, especialmente num sistema de mercado. Contudo, é apropriado perguntar que significado poderia ter existido nesta sociedade para a existência em tal e tal época em duas regiões vizinhas de diferenciais significativos, como os medidos por Perreaux, ou seja, o que Guerreau chama "desenvolvimento desigual" (e outros, como Carlos Astarrita, "desarrollo desigual").

A ideia é, por um lado, que (eu cito Guerreau):

"Tudo acontece como se o sistema social feudal tivesse secretado, refinado e reforçado uma multidão de marcadores sociais destinados a fornecer a cada pequena área (um grupo de algumas paróquias) elementos que a liguem a um todo ligeiramente maior (para fixar ideias: uma fracção de um bailiado) ao mesmo tempo que a distinguem de todos os seus vizinhos; o mesmo mecanismo joga-se a vários níveis sucessivos.

Pode assumir-se que, se estas variantes não fossem funcionais, o sistema era, resultando que todos os indivíduos pertencentes ao mesmo micro-espaço tivessem o mesmo habitus distinto (sotaque, vocabulário, vestuário, pesos e medidas, costumes hereditários, etc.). Esta particularização estrutural, que acentuou a heterogeneidade do espaço social, foi provavelmente bastante eficaz como um método 'suave' de fixação das pessoas."

O exemplo empírico com base no qual Guerreau desenvolveu a sua ideia do desenvolvimento desigual, no final dos anos 80, foi o de uma região do sudoeste de França caracterizada pela existência fantasmática de "leprosos hereditários", os cagots. Ele não só salientou que isto não podia existir, mas sobretudo que a lógica do seu surgimento local (século XII) e da sua duração (até meados do século XVII, ou seja, o momento em que o sistema feudal começou a deslocar-se para o sistema capitalista) correspondia à adaptação de um processo geral, chamado "encellulement", aos costumes jurídicas locais (ou seja, a formalização local dos relacionamentos sociais) relativamente à transmissão das explorações agrícolas (sistemas com "casas").

"Encellulement" ("encelulamento") é um conceito que foi proposto em 1982 por um outro medievalista francês, Robert Fossier, para designar um processo geral de transformação interna do sistema feudal, ou seja, a organização das populações ocidentais em comunidades enraizadas, sob o controlo de vários senhores ao mesmo tempo (detendo

cada um deles direitos em várias comunidades), e focadas num complexo sagrado definido por uma igreja, um padre, uma pia baptismal e um cemitério, correlativamente ao reforço do monopólio clerical sobre a relação dos cristãos com o Além (incluindo os mortos).

Também aqui, a cronologia do encelulamento varia muito de uma área para outra: parece ser cedo na Catalunha e no norte e centro da Itália, seguida da Flandres e da Picardia, mais tarde da Île-de-France, Alemanha renana, etc., com importantes efeitos de atraso ligados à cronologia da conquista ibérica e à expansão do Império para leste. E em cada uma destas macrorregiões, pode ter havido variações significativas de um lugar para outro.

Além disso, o encelulamento não implica a aglomeração de habitantes em aldeias, o processo opera-se também em regiões de povoamento disperso, o qual mesmo corresponde frequentemente, mas não sistematicamente, a ecossistemas particulares, difíceis quer por razões de relevo e clima (por exemplo, montanhas), quer por razões pedológicas (solos pobres, siliciosos ou arenosos, etc.). Neste caso, as formas tomadas pelo encelulamento divergem claramente das regiões de povoamento agrupadas – sendo o ponto comum, no entanto, a focalização no núcleo de culto.

A análise de Guerreau do caso dos cagots enquanto sintoma de desenvolvimento desigual não era, portanto, possível antes da sua apropriação (e reinterpretação) do conceito de "encellulement" de Fossier. Mas se retomarmos a abordagem de Wickham e os seus dois níveis de relevância – que a matriz explicativa funciona à escala global, enquanto que à escala local precisamos de perguntar por que razão há variação – podemos ver o que faz sentido aqui.

A uma escala global, temos um processo ("encellulement") cujos fatores estruturais são identificáveis: enraizamento das populações, presença multi-senhorial, centralidade da igreja e monopólio clerical da relação com o Além – e possivelmente outros que ainda têm que serem identificados. Ao nível local tem lugar a articulação entre este processo global e as condições específicas do local, nomeadamente as condições ecossistêmicas e a organização social herdada (inevitavelmente dependente das referidas condições ecossistêmicas e dos relacionamentos históricos de dominação).

Esta articulação conduz então menos a uma coisa singular em si mesma do que a uma espécie de "perfil", ou seja, uma forma de que é altamente provável que se

encontrasse noutra lugar (e mesmo longe) sem, contudo, poder deduzir da proximidade formal uma identidade de significado. Tomemos o caso estudado por Wickham, nomeadamente algumas aldeias de uma pequena região de Lucca (o Sei Miglia), que não é representativa da diocese de Lucca nem, para além desta, da Itália – que em si mesma não é de todo representativa da Europa, como mostra o exame geral de Wickham – tendo em conta que, *stricto sensu*, a questão da representatividade só pode caber a propósito de amostras, que são portanto o resultado de procedimentos estatísticos de amostragem que têm nada a ver com a forma com qual os medievalistas constituem o seu corpus.

No entanto, Wickham identifica uma inegável proximidade formal de certos fenómenos observados no Sei Miglia com o que outros historiadores conseguiram identificar noutros locais (em Inglaterra, Castela, França), o que não é coincidência, embora as condições locais e, portanto, o significado das formas sejam muito diferentes: se de facto estamos a lidar com uma combinação de um número definido de fatores de acordo com lógicas contextuais (ligadas ao ecossistema local, às relações de forças dentro dos grupos, ao número relativo de atores, etc.), é estatisticamente inevitável que a combinação conduza a formas semelhantes.

Todas estas observações levam a uma primeira conclusão: a sociedade medieval caracterizou-se pela existência de uma forte variabilidade nas suas formas de organização social, a várias escalas – mas uma variabilidade que não significa a ausência de uma lógica global, nem, sobretudo, que se tratou de uma sociedade heterogênea, heteroclita, anárquica, ou mesmo caótica, desafiando assim a própria caracterização como uma sociedade (medieval ou feudal).

A coerência não implica, com efeito, a ausência de variantes: todas as sociedades implantadas num espaço suficientemente vasto conheceram e conhecem variantes significativas e isto a todas as escalas: entre duas aldeias vizinhas, entre duas regiões, entre duas grandes áreas. Mas a coerência também não implica não-contradição: as sociedades altamente coerentes estão repletas de contradições maciças, as mais importantes das quais são as lutas de classe. Também não devemos negligenciar as contradições secundárias, que podem desempenhar um papel decisivo, tais como as contradições dentro da classe dominante.

Para voltar ao título do simpósio, a presença de Celtas, Germanos, Romanos, etc., mais ou menos em contacto (pacífico ou não), deve ser considerada menos como uma

indicação de um mundo altamente heterogêneo e, portanto, pouco socializado em grande escala do que da existência de modalidades abrangentes de articulação, dentro de um conjunto que não está certamente institucionalizado mas cuja natureza social deve ser caracterizado – sem negligenciar, evidentemente, o que, na estrutura interna de cada grupo, torna possível esta articulação.

No entanto, o meu título fala não só da singularidade como produção social, mas também como meio de dinâmica social. Refiro-me aqui novamente a uma hipótese de Alain Guerreau, que, no entanto, passou relativamente despercebida, embora levante uma questão muito interessante, nomeadamente a da dinâmica interna do sistema feudal.

A produção de singularidades locais ou microrregionais continuou até o fim do sistema feudal: só é em meados do século XVII e especialmente no século XVIII que vozes, cada vez mais poderosas, se levantaram para exigir a produção de um espaço homogêneo que não estava mais fragmentado por usos metrológicos, legais, fiscais, administrativos, linguísticos, etc. E é neste contexto que o conceito de "circulação" (de homens, bens, capital, informação, ideias, etc.) se desenvolveu.

Não me deterei aqui sobre este último ponto, que levanta a questão de como, na sociedade medieval, foram concebidas – isto é dotada de significado – práticas que para nós são práticas circulatórias ou de intercâmbio, e me limito à insistir no facto de que esta questão também deveria ser tomada em conta para compreender a forma com qual povos como os Celtas e os Germanos poderiam pensar os seus contatos...

O que me interessa aqui é compreender o impacto dinâmico da produção sistêmica de um espaço heterogêneo (anisotrópico) e, com ele, da heterogeneidade dos hábitos. Tudo indica que a produção sistêmica de singularidades coletivas tem sido um motor essencial do desenvolvimento ocidental, através de um controlo reforçado e, no entanto, aceitado das populações (isto é, dos produtores), porque se identificaram com o seu local de vida (cada produtor, seja ele agrícola ou artesanal, sendo aliás um produtor de um tal local). Foi neste contexto que os povos identificados como grupos étnicos específicos (ainda no período carolíngio) desapareceram finalmente, a favor de populações enraizadas e identificadas com um espaço (lugar, região, reino).

Com a estabilidade espacial das populações, através do encelulamento e da fixação "suave" das populações (polarizada nos edifícios de culto), a produtividade social (tanto ideal quanto material) da sociedade medieval (ou feudal) aumentou de forma

inesperada (o sistema de representações medievais privilegiava a *stabilitas*, em nenhum caso o desenvolvimento, ou enriquecimento) e de forma imensa (basta comparar Clóvis e Luís XIV...).

Consequentemente, não só as populações foram fragmentadas em pequenos grupos locais, e assim tanto enraizadas como divididas, mas o aumento regular da riqueza material resultante de relações de produção estabilizadas levou a uma densificação do grupo dominante, alargando a sua base para incluir "intermediários" de todos os tipos (pequenos oficiais, burgueses, etc.), que capturaram parte do produto excedentário agrícola, artesanal ou comercial.

É a este respeito que a produção de singularidades, em todas as escalas socioespaciais, pode ser vista como uma força motriz da dinâmica social medieval. Esta dinâmica social conduziu por si só às mudanças sociais que são facilmente discerníveis no decurso da história ocidental. Encontramos assim de volta a ideia inicial da ciência histórica enquanto ciência da mudança social, exceto que esta mudança social se baseava ela própria na produção de diferenças espaciais.

No entanto, não devemos esquecer que o encelulamento centrado nas igrejas foi, em si mesmo, sucedido porque constituiu uma resposta eficaz a um problema crucial que as forças dominantes na altura enfrentavam: assegurar uma presença duradoura, se não permanente, dos agricultores nas terras, enquanto que a escravatura e a servidão dificilmente foram eficazes deste ponto de vista para impedir a sua fuga – que era a forma dominante de luta de classes na altura (as revoltas não eram inexistentes, mas ficaram raras).

O sucesso do processo consistiu, portanto, na produção entre os dominados de um sentimento de pertença local, graças à Igreja, o que implicava que os produtores não tinham mais que sejam forçados a ficar: eram eles que já não queriam partir, a menos que fossem forçados. Assim, um sentimento de pertença a um povo foi substituído por um sentimento de pertença a uma população, enraizada na terra, sem abandonar o princípio socio genético chave que mencionei no início deste documento, o da demarcação a partir do exterior.

Referências

BLOCH, Marc. **Que demander à l'Histoire?** Bulletin mensuel du Centre polytechnicien d'études économiques, février 1937, pp. 15-22.

BLOCH, Marc. L'étrange défaite, 1940. (Edição brasileira: BLOCH, Marc. A Estranha Derrota. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2011). Disponível em: <<https://ddivros.com/livro/estranha-derrota-marc-bloch>>; acesso em 20 de dezembro de 2022.

BLOCH, Marc. Apologie pour l'histoire, 1941/42. (Edição brasileira: BLOCH, Marc. Apologia à História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001). Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/bloch-m-apologia-da-histc3b3ria.pdf>>; acesso em 20 de dezembro de 2022.

FOSSIER, Robert. **Enfance de l'Europe, Xe-XIIe siècle.** Aspects économiques et sociaux. Paris, Presses Universitaires de France, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population.** Cours au Collège de France (1977-1978), Paris: Gallimard/Seuil, 2004. (Edição brasileira. FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008). Disponível em: <<https://projetophronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-seguranca-territorio-populacao-curso-no-college-de-france.pdf>>; acesso em 20 de dezembro de 2022.

GUERREAU, Alain. **Le féodalisme.** Un horizon théorique, 1980. (Edição portuguesa: GUERREAU, Alain. O feudalismo: um horizonte teórico. Lisboa, Edições 70, 1980).

GUERREAU, Alain. Les cagots du Béarn. Recherches sur le développement inégal au sein du système féodal européen, 1988.

GUERREAU, Alain. Quelques caractères spécifiques de l'espace féodal européen », in N. Bulst, R. Descimon, A. Guerreau (eds.), *L'État ou le roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIVe-XVIIe siècles)*, 1996, pp. 85-101.

GUERREAU, Alain. *L'avenir d'un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXIe siècle?*, 2001

Nicolas PERREAUX, *L'écriture du monde. Dynamique, perception, catégorisation du mundus au Moyen Âge (VIIe-XIIIe siècles)*. Recherches à partir des bases de données numérisées, Tese de doutorado em História medieval, Dijon, 2014. Disponível em: <https://theses.hal.science/tel-03084322/> ; acesso em 20 de dezembro de 2022.

GUERREAU, Alain. « Des structures inconciliables? Cartographie comparée des chartes et des édifices "romans" (Xe-XIIIe siècles) », *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre (BUCEMA)* [online], Hors-série, 9 (2016). Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cem.13817>; acesso em 20 de dezembro de 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**. Capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.

WICKHAM, Chris. **Comunità e clientele nella Toscana del XII secolo**. Le origini del comune rurale nella Piana di Lucca. Rome: Viella, 1995.

Notas

¹ Este texto é resultado da Conferência de Abertura no IX Simpósio Nacional e VIII Internacional de Estudos Celtas e Germânicos, realizada na Universidade Federal do Maranhão em outubro de 2022.